

**IC - Inquérito Civil n. 06.2014.00001777-8**

**Objeto:** Apurar a ocorrência de desvio de função das servidoras Janete Fortunato Wiemes, Maria Luiza Benedete Schmidt, Andréia Martins Eller, Salete Spupp Wentphall e Raquel Tom, e o descumprimento da carga horária das servidoras Andréia Martins Eller, Maria Luiza Benedete Schmidt e Marlene Hermes Maia Benedete e Juliana Mendes Dutra, todas vinculadas a Secretaria de Educação de Santa Rosa de Lima.

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado, neste ato, por sua Promotora de Justiça, **LUÍSA ZUARDI NIENCHESKI**, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e **MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 82.926.593/0001-86, telefone: (48) 3654-3000, com endereço na Rua Dez de Maio, 80, Centro, CEP 88.763-000, Santa Rosa de Lima/SC, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, **Salésio Wiemes**, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelo §6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, e artigo 97 da Lei Complementar Estadual nº 738/19, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2014.00001777-8, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é a instituição encarregada de promover o Procedimento Preparatório, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção da Moralidade Administrativa e de outros interesses transindividuais, em face do disposto no art. 129, III, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (art. 37, “caput”, da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que o §4º do artigo 37 da Constituição da República estabelece que *"os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível"*;

**CONSIDERANDO** que *"constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres"* de entidades públicas, nos termos do artigo 10, *caput*, da Lei n. 8.429/92;

**CONSIDERANDO** que, segundo a lição de Celso Antonio Bandeira de Mello *"[...] Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou de inconstitucionalidade[...]"*<sup>1</sup>;

**CONSIDERANDO** que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil n. 06.2014.0000177-8, o qual, a partir de denúncia anônima realizada ano de 2014, começou a investigar situações de desvio de função de servidoras da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rosa de Lima, especialmente quanto ao fato de o Município ter recentemente feito concurso público, mas não provido às vagas, procedendo ao "remanejamento" de servidores (mesmo sem ter a devida qualificação), e quanto ao fato de tais servidoras não estarem cumprindo a carga horária prevista;

**CONSIDERANDO** que, durante a instrução do Inquérito Civil n. 06.2014.0000177-8, verificou-se que o Município de Santa Rosa de Lima vem pagando ou pagou gratificação de regência de classe indevidamente às servidoras Janete Fortunato Wiemes, Maria Luiza Benedet Schmitz, Andreia Martins, Raquel Tonn;

**CONSIDERANDO** que o artigo 19 da Lei Complementar Municipal n. 1.029/2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do pessoal do Magistério Público Municipal de Santa Rosa de Lima, prevê que *"O servidor ocupante do cargo de professor fará jus a gratificação de incentivo à regência de*

<sup>1</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 451.

*classe sobre o vencimento do cargo, considerando-se a carga horária de efetivo exercício, conforme sua área de atuação, nos seguintes percentuais: [...]"*, bem como que o seu parágrafo único dispõe que: *"Para o pagamento de gratificação de regência de classe o professor deverá ministrar um mínimo de 07 aulas para jornada de 10 horas, 13 aulas para 20 horas aula, 19 aulas para 30 horas aulas e 26 aulas para 40 horas aula."*;

**CONSIDERANDO** que as referidas servidoras não ocupam qualquer cargo de professor, consoante informações das fls. 25, 31, 36, 49 e 58, do Inquérito Civil n. 06.2014.00001777-8, porém ainda assim vêm recebendo ou receberam (algumas já aposentadas) gratificação de regência nos últimos cinco anos;

**CONSIDERANDO** que não é devida a gratificação de regência de classe, portanto, àqueles profissionais que atuam fora da sala de aula, seja em funções administrativas, seja em suporte pedagógico, sendo equivocado o pagamento de tal bônus às servidoras;

**CONSIDERANDO** que, igualmente, neste caso é indevido a percepção de qualquer outra gratificação a tais servidoras, com fundamento no art. 11, Lei Complementar Municipal n. 1.166/2011;

**CONSIDERANDO** que, quanto às servidoras aposentadas, tal verba não pode ser incorporada aos seus proventos da aposentadoria, diante do caráter precário do pagamento, sendo devido apenas quanto a atividade for, de fato, exercida, não se incorporando automaticamente ao vencimento do servidor;<sup>2</sup>

**CONSIDERANDO** que entende-se que os valores referente ao pagamento da gratificação, ainda que irregularmente, não podem ser restituídos ao erário, haja vista terem sido percebidos, ao que parece, de boa-fé pelas servidoras;

**CONSIDERANDO** que, igualmente, no bojo deste Inquérito Civil percebeu-se que a servidora Raquel Tonn foi readaptada do cargo efetivo de agente servente escolar/merendeira para exercer a função de auxiliar de professor, sem que tenha ocorrido qualquer processo formal de readaptação pela Administração Pública (apenas com a Portaria n. 67/2018), ainda fazendo jus à gratificação vedada;

<sup>2</sup> Nesse sentido, ver: TJGO. Apelação 5239276-28.2016.8.09.0051. 2ª Câmara Cível. DJ de 08/11/2017 e TJSC, Ap. civ. n. 1999.021546-6). [...]" [decisão de 30/09/2000]

**CONSIDERANDO** que a readaptação é forma de provimento derivado, decorrente de transferência de um servidor público para outro cargo em virtude de doença superveniente que lhe impossibilite permanentemente o exercício do cargo que ocupa;

**CONSIDERANDO** que a readaptação deve ser apurada mediante inspeção médica, que comprove a limitação física ou mental para o servidor continuar desempenhando a função outrora designada. Além disso, a readaptação deve ser realizada mediante procedimento em que se averigue que a mudança de cargo ocorra para outro de atribuições semelhantes, além da garantia de que não ocorra prejuízo vencimental e ser reavaliada anualmente, a fim de verificar a permanência das condições que determinaram a sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem;

**CONSIDERANDO** que o Município de Santa Rosa de Lima foi omissos neste ponto, não tendo instaurado o competente procedimento de readaptação da servidora Raquel Tonn, tendo designando-a para exercer outras funções tão somente com base em atestado médico e receituários, não submetendo-a às avaliações médico-pericial anualmente;

**CONSIDERANDO** que Constituição Federal em seu artigo 37, inciso II, estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

**CONSIDERANDO** que o concurso público a que se referiu o constituinte tem por objetivo melhor selecionar as pessoas que irão prover cargos públicos, sendo meio para aferir o mérito do candidato que futuramente irá praticar as atividades inerentes aos respectivos cargos e empregos públicos;<sup>3</sup>

**CONSIDERANDO** que devido à exigência de realização do concurso público não é permitida qualquer forma de provimento derivado, que admita que servidor assumo cargo em outra carreira que não aquela em que foi

<sup>3</sup> MACHADO JÚNIOR, Agapito. Concursos Públicos. São Paulo: Atlas, 2008. P. 87-88

regularmente investigo por meio de concurso público;<sup>4</sup>

**CONSIDERANDO** que legalmente o servidor público somente poderá exercer atribuições diversas daquelas relacionadas a seu cargo de investidura inicial, caso estas resultem da progressão dentro de sua classe ou da alteração por lei das atribuições de seu cargo, e que fora de tais hipóteses haverá desvio de função e, conseqüentemente, burla à regra constitucional do concurso público;

**CONSIDERANDO** a necessidade de ser regularizada a situação vigente no Município de Santa Rosa de Lima, a qual contraria as normas da Administração Pública;

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, mediante os seguintes termos:

**Cláusula 1ª - O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a **cessar imediatamente** o pagamento da gratificação de regência de classe às servidoras Janete Fortunato Wiemes e Raquel Tonn, e a todo e qualquer servidor público que não esteja no efetivo exercício da docência, bem como obriga-se a cessar imediatamente o pagamento da gratificação disposta no art. 11, da Lei Complementar 1.166/2011, porquanto as servidoras não desempenham atividades de execução e controle, não fazendo jus a tal gratificação.

**Paragrafo Único - O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a, em até **30 (trinta) dias** da assinatura deste, comprovar que cessou o pagamento da gratificação de regência de classe às servidoras Janete Fortunato Wiemes e Raquel Tonn, encaminhando cópia dos contracheques das servidoras referentes aos 3 (três) meses subsequentes (setembro, outubro, novembro) à cessação do pagamento.

**Cláusula 2ª - O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a, **no prazo de 30 (trinta) dias** a contar da data do assinatura do presente termo, adotar as medidas

<sup>4</sup> CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 2ª ed. Salvador. JusPodvm, 2015. P. 775

necessárias para a formalização do processo de readaptação da servidora Raquel Tonn ou para o seu retorno ao cargo de origem, a fim de regularizar a situação apontada.

**Paragrafo Primeiro - O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a realizar processo de readaptação no qual comprove, mediante inspeção médica, a limitação física ou mental para a servidora continuar desempenhando a função inicialmente designada. Além disso, a readaptação deve ser realizada mediante procedimento em que se averigüe que a mudança de cargo ocorra para outro de atribuições semelhantes; de que não ocorra prejuízo ou acréscimo vencimental desarrazoado e de que seja reavaliada anualmente, a fim de verificar a permanência das condições que determinaram a sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem.

**Paragrafo Segundo - O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura deste, apresentar documentação comprobatória da instauração e conclusão do referido processo de readaptação.

**Cláusula 3ª - O COMPROMISSÁRIO**, a fim de regularizar sua conduta quanto ao desvio de função de servidores públicos, assume a obrigação de não fazer consistente em não prover servidor em função que não integra o cargo no qual foi anteriormente investido, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, abstendo de prover servidores em funções que não integram a carreira do cargo provido em concurso público.

**Cláusula 4ª - A** fiscalização deste ajuste será realizada pela 1ª Promotoria de Justiça de Braço do Norte, por meio de instauração de Procedimento Administrativo, nos termos do artigo 21, §1º, do Ato 335/2014/PGJ, e a inexecução dos compromissos ajustados em qualquer das cláusulas anteriores ensejará a adoção das medidas administrativas/judiciais cabíveis;

**Cláusula 5ª - Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de**

quaisquer das obrigações assumidas nas cláusulas deste termo, incorrerá o **COMPROMISSÁRIO** em multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas e de execução específica das obrigações assumidas, bem como de outras hipóteses de responsabilização legal pertinente.

**Parágrafo Único** - A multa acima estipulada será revertida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados (Lei n. 15.694/2011), mediante pagamento de Boleto Eletrônico gerado e fornecido por esta Promotoria de Justiça, nos moldes do instituído na Portaria n. 51/2014/FRBL;

**Cláusula 6ª** - O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura;

**Parágrafo Primeiro** - Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, §6º, da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento do Inquérito Civil n.º 06.2014.0001777-8, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 26, *caput*, do Ato 335/2014/PGJ;

**Parágrafo Segundo** - Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos acima fixados, por caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada até o prazo de 5 (cinco) dias após sua ocorrência a esta Promotoria de Justiça, que avaliará a possibilidade de prorrogação dos prazos e, se for o caso, poderá ser firmado termo aditivo a este ajustamento;

**Parágrafo Terceiro** - Fica o **COMPROMISSÁRIO** ciente, nesta oportunidade, de que o Inquérito Civil n.º 06.2014.0001777-8 será arquivado e remetido ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação do arquivamento, ficando a parte desde já cientificada, a qual renuncia o prazo para apresentação de razões de recurso. Com relação às servidoras investigadas, o Compromissário já cientificou-as respeito do arquivamento.

**Parágrafo Quarto** - As partes elegem o foro da Comarca de Braço do Norte -SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TAC;

**Parágrafo Quinto** - Assim, por acharem justo e acertado, firmam as



partes o presente Termo de Compromisso, em 4 (quatro) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85.

Braço do Norte, 25 de agosto de 2020.

[assinado digitalmente]

**Luísa Zuardi Niencheski**  
Promotora de Justiça

**Salésio Wiemes**  
Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima

**Gislaine Schlickmann**  
Assessora Jurídica - OAB/SC 21.173